
Encontros Académicos

Com [Khun](#) e [Mitralias](#), 19-22 de Agosto 2018 com a colaboração de World Social Sciences & Humanities Net

The citizen state – the polis of the citizen society

Temas sessões para organizar com o Michael (Euro e estado nacional: história da URSS; injustiça)

Impressões de António Pedro Dores:

O objectivo foi ensaiar o que pode ser uma acção da escolas para além das ciências sociais (EpaCS) em colaboração com o World Social Sciences & Humanities Net, de que é presidente Michael Kuhn. Esteve presente Giorgios Mitralias, um militante político da 4ª Internacional, preocupado com a cooperação internacional das esquerdas. Ele mantém um sítio da internet disponível para partilhar as notícias dos EUA que fazem o dia a dia dos activistas daquele país. Está entusiasmado e esperançado com a organização dos militantes norte-americanos contra o sistema. Na vertigem da eventual guerra civil, no quadro geral da decadência da superpotência, ele vê sinais de esperança, ao contrário do que pensa ser a situação na Europa. A sua mulher, Sonia, activista feminista também esteve presente.

Estiveram presentes igualmente, além do autor deste texto, o nosso anfitrião, Vitor Lima, autor do blog Grazia Tanta sobre economia crítica, militante comunista na juventude, economista funcionário da segurança social durante um largo tempo da sua vida, consultor de desenvolvimento e actualmente reformado, sente-se anarquista. Miguel Ângelo está desempregado e estuda sociologia num mestrado. Nuno Pontes é investigador do Observatório Europeu das Prisões e desempregado quando não há projectos de investigação.

O planeamento dos dias foi fixado assim: duas sessões de conversa de duas horas, por dia. Uma de manhã e outra à tarde, durante os quatro dias previstos. Como Michael tinha proposto 6 sessões de sua iniciativa, as últimas duas sessões seriam ocupadas com iniciativas de voluntários. Um dos espaços foi ocupado por Vitor Lima e outro pela discussão sobre o EpaCS.

Embora o inglês não seja a língua nativa de nenhum dos participantes, ela foi a escolhida para uso. A proposta de organização do tempo inicial constava de uma hora de discurso principal, 45 minutos de perguntas e comentários e, finalmente, 15 de respostas do orador. Foi considerado um esquema muito académico. Portanto, começámos por fazer apresentações pessoais relativamente longas. O debate iniciou-se imediatamente na primeira sessão. Aceso, como é interessante que aconteça. Nas sessões seguinte acabou por se tentar fazer um modelo parecido com o proposto inicialmente. Mas não assumido e, também por isso, mais desorganizado. Acabou frequentemente com a saída da discussão do Michael, agastado com o facto de se armar a confusão, em vez de se discutir de forma útil (e também, sei-o agora, por o calor que se fazia sentir o desgastar fisicamente). O aprofundamento dos conceitos e o seu teste em experiências mentais foi prejudicado.

De facto, o modo de discutir de Giorgios era errático, precipitado e destrutivo: explicou que a teoria só serve para atrapalhar a acção, sobretudo em tempo de urgência de combate ao fascismo e de unidade com os movimentos proto-revolucionários mais próximos de nós, como na Catalunha e, sobretudo, nos EUA. Falou de professores e universidades de um modo depreciativo, embora falasse de intelectuais e discussões (da 4ª Internacional) como coisas positivas (e até definitivas). Ao fim da quarta sessão ficou claro que quem apela à unidade não pode querer ser a vanguarda da classe operária, sobretudo quando reconhecidamente se encontra isolado. E muito menos pode fazê-lo num programa de férias pensado para discutir o conceito de estado.

Ficou claro que para Giorgios havia uma linha de classe que ele não ultrapassaria (não se misturará jamais com pessoas ou movimentos que aceitem ser de direita). Mesmo para combater o fascismo, a sua unidade tem limites. Ela, aparentemente, é radical e apenas com aqueles que aceitam a sua vanguarda. Poucos, portanto. E não me constou que tenha conseguido mais seguidores do encontro de Palmela.

Que a unidade e a vanguarda sejam contraditórias nos seus termos não o preocupou. Por isso esteve sempre disponível para boicotar qualquer conversa, insurgindo-se contra a indiferença de todos os outros face aos problemas estratégicos que entende serem decisivos e exigir respostas urgentes, como se houvesse predefinidas as tarefas a cumprir: dar a conhecer às pessoas de esquerda a esperança das vitórias na Catalunha e nos EUA, para evitar que elas sejam seduzidas pela extrema direita racista. (Nota: aquilo que uniu os presentes neste encontro foi o de estarem, cada um para seu lado, isolados política e intelectualmente. Por isso é estranho tanta certeza sobre o que deve fazer).

Porque é que os presentes não aceitavam a sua liderança, parecia ser o maior problema. A sua mulher, sim, aceitava a sua liderança mesmo quando, inspirada nas discussões dos movimentos feministas, dizia o inverso do seu marido. Pareceu-me que nessa qualidade de feminista ela estava autorizada a dizer o que quisesse: ele era sempre condescendente. Embora tenha sido acusado por ela duas vezes de não a deixar falar. Não se queixou quando o marido a olhou com olhos arregalados, sinalizando que estava a dar trunfos aos adversários da conversa. Antes acabou à pressa o que estava a dizer.

Todos estávamos de fato de banho à borda de uma piscina, a pensar no peixe grelhado do almoço.

Esta circunstância, a estratégia de não discussão e de imposição de Giorgios incomodou toda a gente. Sobretudo Michael que saía rapidamente, indisposto, manifestando o seu repúdio por discussões irrelevantes. Foi assim durante as primeiras quatro sessões, em que Michael teve oportunidade de fazer um breve discurso. Depois passou-se a discutir como se poderia fazer a revolução em fato de banho e férias. A ausência de Michael entregava o campo a Giorgios. Até que por fim ficou claro, pela própria argumentação do Giorgios que a unidade, anti-fascismo e a revolução eram, para si, apenas palavras. Na verdade, pelo facto de eu ter assumido a minha condição e novo pequeno-burguês académico e interessado em juntar-me a iniciativas de democratas de direita para conter a onda fascizante tão enfaticamente denunciada por ele, Giorgios manifestou repugnância (retórica) pela minha existência e declarou a sua indisponibilidade para fazer alianças com alguém como eu.

Nessa noite ocorreu uma conspiração. Michael, aproveitando o recolhimento do casal grego, verbalizou o seu incómodo. Propus-lhe, como é evidente, pedir ao Giorgios que suspendesse a sua participação nos trabalhos para dar oportunidade a outras orientações de debate. Michael

disse que isso era impensável e ele jamais pediria tal coisa. Na manhã seguinte fiz uma introdução, ao contrário dos dias anteriores. Expliquei que Comte defendeu que a diferença entre o pensamento religioso e o pensamento científico era que este último não discutia nem os princípios nem os fins últimos da acção humana. Juntei a receita de Max Weber para resolver este problema: a neutralidade axiológica, isto é, não discutir as ideologias e discutir apenas os resultados do labor intelectual apresentado. Giorgios compreendeu imediatamente a questão e voluntariamente disse: “Estou de acordo!” e manteve-se calado como um senhor toda a sessão.

No fim conclui que havia diferenças e semelhanças nas três posições mais claras em presença (peço desculpa por desqualificar a posição feminista, mas não creio que se possa dizer que seja o meu sexismo que a desvalorizou). Michael e Giorgios entendem que se a verdade for apresentada às pessoas, elas passam a comportar-se melhor. Claro, o problema é saber qual é a verdade. Para Michael a verdade é aquela que resiste ao escrutínio científico ou lógico e deve ser aprofundada. Actualmente as ciências sociais são fonte de ilusões que apoiam a perpetuação do capitalismo e da soberania do estado. Para Giorgios a verdade é a sua própria prática e a sua figura trágica de grego isolado. Como os oráculos, segundo o próprio Giorgios, Giorgios é capaz de antecipar os acontecimentos, mas raramente consegue convencer alguém da qualidade das suas premonições. Michael e Giorgios divergem no que toca à democracia e à luta contra a extrema-direita. Giorgios protege a primeira (desde que seja proletária, verdadeira) e Michael entende que a democracia é uma ilusão que não merece consideração, já que o estado é sempre o estado e a democracia é sempre uma vigarice que paralisa as pessoas, nas teias da cidadania.

Pela minha parte acho que a verdade deve orientar as nossas procuras. Mas não há quem seja proprietário da verdade: ela é um produto da evolução dos conhecimentos e controlada pela ciência, tantas vezes subjugada ao estado. Por outro lado, a verdade é frágil, como o prova o crescimento do irracionalismo fascizante que nos incomoda e contra o qual temos de combater, ainda que à custa da manipulação do estado – miserável explorador – pois há uma diferença existencial significativa entre viver sob regimes autoritários e regimes mais liberais.

O meu interesse, que é a razão da convocação desta iniciativa, é trabalhar os conceitos críticos de Kuhn e estabelecer com eles um diálogo construtivo para criar uma ciência social para além das actuais ciências sociais. Sem democracia, tal projecto é impossível. Com democracia, ele será certamente alvo de repressão. Se não for alvo de repressão é porque não servirá para nada. De onde, a escola para além das ciências sociais não pode ser uma obra de autor, ainda que eu, pessoalmente, esteja empenhado em a promover. Será uma obra de ninguém e de toda a gente, ou não será. Será capaz de servir as verdades problemáticas de quem procura a verdade e capaz de resistir a todas as verdades pré-fabricadas (mentiras, portanto). A mentira, pois, é uma verdade com ambições de ser fixada para sempre.

É sobre isso que irei escrever de seguida, a partir das notas que colhi nesses 4 dias de imersão com amigos a quem agradeço a disponibilidade e peço desculpa por os usar para expor os meus sentimentos, provavelmente equivocados.

[As ideias de Michael Kuhn](#)

As sessões foram sobre os temas de liberdade, igualdade, cidadania/democracia e sobre globalização. A intenção de Michael foi mostrar como tais expressões são ilusões sobre o que é o estado e o capitalismo.

Não é preciso dizer que esta é uma apresentação pessoal, certamente não aprovada pelo autor, que corresponde à forma como, de forma sintética, me apetece descrever o que me lembro do que foi dito.

1) **Liberdade** não é livre arbítrio. Não é o resultado da protecção do estado relativamente às suas populações nacionais. É a imposição do estado para que as pessoas, prévia, histórica e socialmente desapaoadas dos meios de subsistência, tratem de procurar colaborar com o capitalismo, isto é, procurar quem lhes forneça dinheiro para ter acesso àquilo que poderão posteriormente adquirir como sustento e abrigo.

É como o imposto de palhota colonial: os indígenas foram obrigados a pagar em dinheiro ao estado português pelo facto de viverem numa palhota. Portanto, tinham que ir junto de um fazendeiro colonial e pedir-lho, a troco de trabalho ou serviços.

Esta apresentação é a mais inócua de liberdade. A menos inócua talvez seja a do genocídio dos índios americanos ou dos transportes de escravos, para serem libertados várias gerações depois. Mas há toda a história da chamada acumulação primitiva. Desde Afonso de Albuquerque até os corsários em nome dos diferentes reis, as companhias coloniais, mais tarde o próprio capitalismo, expropriaram pela força os meios de subsistência das pessoas que estavam no seu caminho. No caminho dos territórios, minas e populações, das matérias primas ou recursos humanos necessários para as diferentes empresas. Torna desperdícios e lixo, natureza e pessoas, atiradas para um qualquer lugar longe da vista.

A liberdade é, portanto, a autorização imposta pelo estado aos empresários para explorarem o planeta, incluindo as populações entretanto educadas à força pelo próprio estado e mantidas em melhor ou pior estado de saúde, ou substituídas por outras mais rentáveis.

2) **Igualdade** não é respeito pelas necessidades de todos e cada um. Também não é tratar todos com as mesmas leis (um trabalhador por contra de outrem ou um trabalhador por conta própria, como todos sabem, são alvos de legislação autónoma e diferente; como os empresários, os investidores, os funcionários públicos, os membros das forças armadas, etc.). Igualdade é um ideal que significa um falso compromisso do estado em corrigir os defeitos da sociedade e da economia e da guerra e das famílias. Tal compromisso é falso pela razão de que o primeiro responsável pelos “defeitos” que fazem as pessoas viver diferentes estatutos sociais é o próprio estado. Desde logo através da legislação, mas sobretudo por necessidade de sobrevivência: para sacar impostos o estado usa a moeda para dirigir as actividades económicas e a guerra para fins que lhe sejam os mais convenientes, incluindo mobilizando as pessoas através de estímulos – diferentes salários, incluindo o desemprego e a miséria. Portanto, é sempre preciso haver quem esteja com salários muito abaixo da média, de modo a que as funções mais críticas para o estado sejam facilmente diferenciadas pela diferença de remuneração.

Os discursos moralistas sobre a desigualdade servem para ignorar a luta de classes (incluindo a degradação das condições de reprodução da vida para largas camadas da população), como se não houvesse diferenças qualitativas. Como se entre a pobreza e a riqueza houvesse um contínuo e não várias barreiras sociais e políticas. Como se quem tenha acesso aos meios de produção e à propriedade das mercadorias em grosso fosse o mesmo que não ter meios de produção nem a posse dos resultados do trabalho colectivo.

À igualdade formal, prevista em geral na lei, mas depois ignorada quando da discriminação dos diferentes estatutos sociais dos trabalhadores, as ciências sociais opõem as desigualdades

produzidas pela actividade económica. Sugerindo que a função do estado seria a de corrigi-las, em vez de reconhecer ser o próprio a instituição responsável por definir, defender e impor os parâmetros legais sem os quais o capitalismo não pode existir. Tal como a propriedade e o sentido da lei, a produção da desigualdade que funda o capitalismo é abstraída pelos discursos das ciências sociais sobre a infeliz, mas natural, espontânea, desigualdade, mais ou menos (de)crecente mas inelutável: todos somos diferentes uns dos outros, por natureza, argumenta-se.

Tudo isto parece pensamento correcto por estar dividido em diferentes passos do raciocínio separados entre si por níveis de acesso à informação: Montesquieu e divisão de poderes do estado, neutralização académica da luta de classes, divisão das pessoas por diferentes papéis sociais e identidades contraditórias (Fernando Pessoa), redução das pessoas à sua condição psicológica com recusa a considerar as pessoas biológicas, etc.. As políticas do estado são tratadas como se as constituições e os modos de aplicação da lei, incluindo pela violência, fossem naturais e não pudessem ser diferentes nem melhores. Portanto, a liberdade e a igualdade são ambas impostas pelo estado capitalista como o melhor dos mundos possível. E as pessoas aceitam isso sem saber como exprimir as contrariedades que tal situação provoca. Pensando essas contrariedades como casos isolados ou formas subjectivas de sentir a vida.

Os estudos sobre a desigualdade – que são a maior parte dos estudos de ciências sociais – transformam as diferenças em desvios de um ideal médio abstrato. Atribuem ao estado o papel de bom regulador da vida social em benefício do bem estar geral, escamoteando o facto de só existir estado quando é financiado por uma economia capaz de pagar impostos, isto é, a circulação de dinheiro entre a produção e o consumo através de mercadorias roubadas aos colectivos de trabalhadores, hierarquizados para o efeito.

Um dos instrumentos para esse escamoteamento é as estatísticas, informações do e para o estado estado, como indica o nome. Nomeadamente o PIB e o seu crescimento, sem o qual a crise é declarada pelo estado. A redução da circulação de moeda é uma ameaça para o estado, que vê reduzidas as possibilidades práticas de sacar os seus impostos. Sob ameaça da rude intervenção do fisco, caso as pessoas não cumpram com as suas “obrigações”, o estado usa as informações dos contribuintes para ter uma ideia da actividade económica e, assim, manter o seu controlo sob os pagamentos (IVA, e todos os outros impostos sobre circulação de mercadorias).

Não há nenhuma dúvida sobre a brutalidade dos métodos dos estados, mesmo para as pessoas que convivem bem com eles. As classes médias são pessoas impotentes face ao estado, mas com suficiente liquidez e disciplina para cumprirem as suas obrigações, muitas vezes descritas como democráticas e solidárias. Por contraste com as classes altas, para quem uma das finalidades importantes das respectivas vidas é escapar aos impostos. Se a liquidez ou a disciplina da classe média falham, o estado terá necessidade de ser ainda mais bruto, isto é, passar das ameaças de imposição à mobilização de meios práticos para obrigar ao respeito das obrigações, de modo a que o terror passe a funcionar de um modo mais explícito, por algum tempo, sobretudo dirigido a camadas da população ideologicamente previamente desqualificadas da cidadania e também da sua humanidade.

Presumir igualdade original ou final, tradicional ou moderna, é reflexo cognitivo de um desejo, um sonho que não corresponde a nenhuma realidade, mas serve para as pessoas se libertarem da opressão da imposição incorporada, transformada em esperança religiosa.

O escândalo da situação moderna não é a pobreza, nem se resolve com melhor distribuição de rendimentos. O escândalo é a necessidade do estado-sociedade-economia modernas produzirem miséria para poderem acumular, dirigindo os melhores salários para as tarefas estratégicas e sinalizando, assim, o que se deve fazer através da redução à miséria de quem se encontra no caminho – habitantes de locais de exploração, trabalhadores de sectores obsoletos, prestadores de serviços pessoais e cuidadores “acima das nossas possibilidades”.

3. Cidadania/democracia refere-se ao teatro de ilusões em que todos seríamos iguais, ainda que desiguais por razões alegadamente decorrentes da vida privada/económica de cada um. Como se a diferença de estatutos tivesse acabado e não se tivesse multiplicado. O crescimento das desigualdades que se apregoa mais não é do que a desmultiplicação de estatutos sociais impostos pela desregulação do trabalho e pela gestão das actividades económicas, tornando-as mais flexíveis, isto é, submissas às políticas económicas dos estados, nomeadamente quando estes subempreitam em redes de empresas multinacionais as suas tarefas de cuidado das populações. Cuidados assumidos pelos estados dominantes como política de estado social e economia mista (privada e pública) para ultrapassar o poder transformador das lutas anti-capitalistas e anti-coloniais do século XX.

O cidadão é como a criatura libertar-se do seu criador, mas eternamente grato a ele e sob os seus bons auspícios paternos (não faz lembrar a saída do Éden?).

Porque é que a democracia, a ideia de uma tutela bondosa e crítica dos cidadãos obrigatória e falsamente livres e iguais, é tão prestigiada?

As eleições são a forma de identificar e prometer cumprir os desejos das pessoas comuns, em pé de igualdade. Mas filtradas pelos partidos e pelas contingências de convergência entre os seus representantes, depois de eleitos. Após as eleições decorre a produção em circuito fechado daquilo que são as vontades colectivas. As eleições, mostra a experiência, tornam as promessas em mentiras, de uma forma evidente mas inelutável. Só quando acaba o período legislativo ou as classes dominantes deixam de se entender é que volta a haver a chamada à participação dos cidadãos, mas sempre como forma de atirar a moeda ao ar para resolver problemas das classes dominantes, entre si.

A democracia directa deveria ouvir as pessoas. Ainda que o faça, o estado continua a decidir por si, em função da sua lógica de sobrevivência, qual malabarista entre a sociedade e a economia. Quando as pessoas querem mudanças, como quando foi o caso de impedir a política de transferência de responsabilidades dos investidores para os estados e para os contribuintes, a partir de 2010, nenhum protesto ou referendo (como o grego) teve efeitos práticos.

4. Dinheiro é ilusoriamente entendido como um instrumento de ajuda de quem precisa de obter recursos. É um instrumento que permite religar a sociedade desfeita pela propriedade. Através do rendimento, da subordinação aos proprietários dos meios de produção, as pessoas expropriadas do acesso aos meios de subsistência passam a estar autorizadas a realizar o valor das mercadorias capitalistas que substituem, à força, esses meios de subsistência. Estes devem ser tão perfeitamente destruídos quanto possível e as pessoas colocadas fora da possibilidade de acesso a eles, através de muros por exemplo.

O cálculo do PIB é o indicador oficial da extensão da capacidade efectiva da expropriação já realizada e o trabalho do capitalismo é continuar essa tarefa sempre: a acumulação primitiva nunca acaba. Ao contrário, quando a exploração capitalista entra em crise de sobreprodução,

quando já não consegue realizar a venda das mercadorias, o que há a fazer é encontrar novos aspectos da luta pela sobrevivência que possam ser privatizados, alvos de expropriação, como a saúde, a alimentação, a água, a vida intelectual, etc.

A produção capitalista produz e exige a existência de consumidores e de excluídos. Estes últimos são a ameaça-chantagem para que os outros se esforcem para serem bons consumidores, isto é, encontrem o dinheiro suficiente para satisfazer a necessidade de crescimento do PIB. O processo funciona também a nível internacional, como quando a UE usou a Grécia como mau exemplo e Portugal como bom exemplo, com a preciosa colaboração dos respectivos estados. Também nas cidades, nos bairros populares, há bons e maus exemplos que justificam as intervenções policiais constantes e de proximidade, como se diz no jargão político-policial.

O capital alimenta-se das expropriações e tem de as realizar constantemente, sob a forma de apropriação das mercadorias e sob a forma de tomada de posse de bens comuns. Essas dinâmicas do capital só podem ser prosseguidas com a conivência e a reserva do estado para que os empresários do regime tenham acesso aos comuns à guarda do estado ou a que o estado possa autorizar ou organizar a expropriação.

Um modo de o fazer é através da especulação urbana, que em Portugal tem servido para ligar construção civil e partidos, a viverem da corrupção e da especulação política sobre o valor do território, desde há 40 anos valorizado exponencialmente como forma de pagar as importações: vender o país ao estrangeiro, como alguns dizem.

5. Globalização é uma ideologia organizada em torno da cidadania sem estado, que de facto não existe nem pode existir. É um reflexo idealizado do materialismo submisso (conceded materialism), isto é, a noção de que para ter acesso aos recursos que propiciam a existência é preciso pedir autorização ao estado e ele autorizar. Materialismo esse consubstanciado no materialismo abstracto (dinheiro como valor imaginário, de confiança).

Neste sentido, para sobreviver não se pode ser anti-capitalista. Sê-lo significa um risco (conhecido e temível) de deixar de ter acesso a recursos vitais. Ou arriscar desorganizar a actividade económica, ficando sem recursos de sobrevivência.

O objectivo dos estados e dos capitalistas é fazer crescer o materialismo abstracto, mesmo que tenham que entrar em contradição entre si: os estados nacionais e autárquicos, as instituições de regulação globais, regionais e nacionais, os capitalistas da indústria e das finanças, etc. As contradições decorrem da concorrência entre especuladores, uns no terreno – como os políticos-construtores que fazem obras – outros na posição de financeiros globais, que dão valor às moedas estrangeiras entre si.

Globalização é mais um nome, como desenvolvimento, para designar a separação da economia do estado, naturalizando a primeira e oferecendo ao segundo a cobertura para fazer com a mão direita aquilo que a mão esquerda não vê – e vice versa. Os estados são, ao mesmo tempo, idealizados como protectores da sobrevivência dos residentes no seu território e criadores das condições de crescimento do capitalismo, incluindo as expropriações de meios de subsistência das populações. Isso parece compatível e desejável à maioria das pessoas.

O capitalismo explora os sentimentos de vingança, de guerra, de racismo, de sexismo, de judicialismo, para dar novas dimensões às chantagens económicas e marcar a diferença moral entre o cidadão e o presidiário, o trabalhador e o lúmpen.

A globalização, como a excelência, não têm sujeito nem objecto. Podem ser as grandes multinacionais ou as agências internacionais ou as teias de tratados internacionais ou os espaços comuns que ainda estão por explorar (oceanos, espaço sideral, atmosfera, polos, etc.).

Tem a possibilidade de tomar para si, porque não tem sujeito nem objecto, todos os males e bens do mundo, como qualquer bode expiatório. Assim, os estados podem mostrar uma mão humanista e dizer que a outra (económica) está escondida. Mas é a sempre a escondida que tem prioridade, como todos sabemos por experiência. É ainda hoje por via dessa entidade misteriosa – a mão invisível de Adam Smith – que a natureza das coisas se impõe a todos de forma inelutável: a globalização, a excelência, a responsabilidade, o mérito, etc.. Peles de cordeiro e de lobo, de direita e de esquerda, do estado, para mostrar e esconder, como num teatro de sombras.

Revolução

Segundo Giorgios, a revolução far-se-á atrás de uma vanguarda disposta a apontar o caminho das vitórias e informada das discussões marxistas que cimentam a 4ª Internacional. A importância de o centro do capitalismo, os EUA, estarem em crise eventualmente revolucionária é o seu centro de atenção. Junta à revolução a possibilidade radical de derrotar o capitalismo na sua cabeça.

Segundo Michael, a revolução jamais poderá acontecer enquanto as pessoas estiverem iludidas sobre o papel do estado: este não é – como se apresenta – garante de liberdade, justiça, democracia, mas ao inverso. Caso as pessoas percam as ilusões que têm em relação ao estado, a revolução virá naturalmente.

Giorgios acusa a perspectiva de Michael de ser académica, intelectual, de fazer tábua rasa da experiência histórica do movimento operário e dos dirigentes das esquerdas. Ele pensa-se como um militante e despreza os professores universitários e as conversas académicas sobre conceitos que, na melhor das hipóteses, são versões recuadas, atrasadas, ignorantes, das grandes lutas de ideias do movimento operário.

Michael recusa-se a entrar no jogo da chantagem obreirista e das vanguardas que sabem tudo porque viveu nisso muitos anos e tem a experiência da rejeição dos operários e das suas organizações a toda a vontade de discutir as condições de transformação das condições de vida.

Pessoalmente entendo que só é preciso revolucionários quando há revoluções. Esses serão quem, na devida ocasião, faz o que há a fazer para fazer avançar a revolução. Na prática, há evidentemente ideias que são chamadas a orientar a acção, de académicos e de antigos ou novos revolucionários. Mas há sobretudo um jogo intenso de emoções que acontece quando a situação revolucionária evoluiu e que será melhor descrita e entendida através do estudo – por fazer – das sequências de estados de espírito que ocupam diferentes grupos de pessoas e as ligam emocionalmente entre si, ao longo das respectivas vidas. São essas emoções que fundam a possibilidade de muito rápidas aprendizagens teóricas, eventualmente intuitivas em muitas pessoas, que podem também muito rapidamente ser rejeitadas como logros ou ilusões ou simplesmente contra os seus interesses pessoais. Durante as revoluções há muitos revolucionários que jamais se tinham revelado antes e descartam as ideias e as práticas revolucionárias depois. Nessas situações, muitos revolucionários de antes e depois das revoluções cumprem papéis reaccionários, sobretudo os que agem para conter as acções revolucionárias dentro das dinâmicas partidárias de acumulação de poder.

Estado

Eis o tema favorito de Michael e o que se havia combinado aprofundar. Eis o tema obscurecido pela posições “revolucionárias” de Giorgios que nunca aceitou discutir o papel do estado nas ideias dos movimentos revolucionários. Foi preciso fazer-lhe perguntas durante dois dias para ficar claro que a unidade de que falou todo o tempo poderia ser entendida como uma referência ideológica ao estado, já que perante essa unidade foi muito claro a marcar uma linha de classe (ser de esquerda e jamais colaborar com a direita) apontando para mim como a demonstração da hesitação de classe dos professores universitários, intelectuais e, portanto, contra a discussão em curso avançada por Michael que poderia por em causa a unidade.

Michael, por sua vez, apresentou pedaços de um pensamento estruturado sobre o modo como os cidadãos são fabricados pelo estado como livres e iguais, de forma contraditória. A igualdade é condicionada pela propriedade e representa a esperança ilusória de ser o estado a assegurar o máximo de igualdade (menos desigualdade) por estar interessado em manter o capitalismo activo. O estado que criou as condições de exercício do capitalismo é chamado a cuidar das feridas geradas pela agressividade do capitalismo contra as pessoas e a natureza, sem por em causa o processo de exploração em geral. O estado, ao mesmo tempo que acode a problemas de subsistência (reproduzindo-os através das chamadas armadilhas da pobreza) continua a subsidiar a economia de produzir expropriações (de bens e trabalho) a favor do capitalismo. A liberdade de voto está de tal modo condicionada, que as discussões políticas jamais enfrentam a guerra ou a pobreza como alvos de abolição política desejável. Portanto, a democracia, a economia, a justiça, são tudo expressões superestruturais das relações entre o estado e os cidadãos, presumindo estes últimos autónomos do estado quando são, sempre e de facto, súbditos do estado. Não têm autonomia para se virarem contra o estado, firewall do capitalismo, sem o qual este último não poderia sobreviver nem sobreviveria à primeira crise de sobreprodução. Os estados são quem, através do dinheiro, conduzem as actividades capitalistas, ainda que através de estruturas bancárias privatizadas. Demonstração cabal e evidente da íntima relação entre estados e economias.

A ilusão da discussão sobre a globalização é a criação de uma palavra para designar, outra vez, depois de capital e desenvolvimento, uma sobredeterminação das actividades económicas sobre o estado – uma espécie de super cidadãos soberanos – quando é o estado que promove e assegura as diferenças de estatutos sociais entre as pessoas, conforme a sua relação com o trabalho, e também entre os investidores que estão mais ou menos próximos do estado (os chamados interesses nacionais).

Cidadania

Segundo Michael, trata-se de uma invenção ideológica central para criar a ilusão do papel positivo, construtivo, cuidador, bom, do estado perante os desastres naturais, sobretudo perante os desastres económicos de que o próprio estado depende e é criador, através da sua necessidade insaciável de impostos que o obrigam a promover o crescimento económico incessante.

É a ilusão de haver alguma conquista de poder político pessoal, igual a todos os outros cidadãos. Não é possível conduzir os destinos do estado contra o capitalismo de que depende e com o qual é cúmplice. O que há são complexos exercícios de ilusionismo em torno do espectáculo político mais ou menos incompreensível para o vulgo. Usa-se o prestígio da meritocracia desenvolvida pela escolaridade extensa, por um lado, para justificar o alheamento da maior parte da população dos complexos assuntos de estado. Usa-se a

organização kafkiana de financiamento das possibilidades de participação cívica, por iniciativa própria, de modo a impor o registo de responsabilidade de sujeição às leis e a orientar os trabalhos de acordo com as orientações gerais do estado. Na prática, a livre iniciativa é transformada em profissão (incluindo o voluntariado) e colocada sob controlo político e financeiro.

Democracia

Michael concluiu da sua análise que tanto faz Trump ou extrema-direita ou Sanders e as esquerdas pró estatistas, no que toca à luta pela destruição do capitalismo. Enquanto não se tiver bem presente quem é o inimigo, o fundamental não mudará. As discussões anti-fascistas são apenas manipulação de sentimentos que acabam por manter a prevalência do estado e, portanto, do capitalismo que o alimenta e de que se alimenta.

Para mim é difícil aceitar que a democracia, uma ideia muito anterior à formação do estado moderno, tenha de ser sacrificada à luta contra o capitalismo. A democracia promovida pelo estado está viciada: correcto. Deve ser alvo de críticas sobre o papel social perverso do estado, de todos conhecido. O problema é deixar de fazer críticas localizadas, como se houvesse problemas pontuais e não toda a lógica do funcionamento do estado que estivesse viciada.

Para transformar as críticas casuísticas em críticas ao estado, enquanto instituição, há muito trabalho teórico por fazer. Mas há também muito trabalho emocional para que as pessoas se sintam capazes de perder as suas ilusões. É preciso esperança de que saberão sobreviver a tal perda.

A luta contra o fascismo, a irracionalidade, a descrença de qualquer utilidade no pensamento colectivo, mesmo quando não é uma luta contra o capitalismo, é uma luta pela dignidade das pessoas enquanto gente.

No limite, a luta contra o fascismo pode tornar-se uma luta anticapitalista, como aconteceu em Portugal em 1974. Caso se abandonem as ilusões sobre os benefícios do capitalismo. Ilusões e benefícios que foram reais para muitos portugueses (incluindo eu) nessas décadas. Lembrome, por exemplo, de alguns dos primeiros empregos para sociólogos terem sido o recrutamento para departamentos de pessoal que estavam a programar despedimentos em massa. A profissão viveu bem com isso. A sociologia fora proibida pelo regime fascista. E com a política de “Europa conosco” tínhamos aceite profissionalizar a vida e a política.

Julgo que é preciso produzir uma teoria da democracia (a que há e a que pode haver) capaz de ajudar a formar consciências críticas e pró-activas. O que exigirá uma forte incorporação de saberes jurídicos, aqueles que deram ao povo o lugar simbólico de soberano para ser traído, a menos de condições extraordinárias onde se faz obedecer. Exige também a perspectiva de formas de financiamento da vida quotidiana independente dos estados, como pode ser o rendimento básico incondicional de todos para todos.

A Escola para além das Ciências Sociais

Esta acção de imersão teve a intenção de permitir juntar a raciocínios racionais e lógicos, intelectualmente rigorosos, uma vida em comum que tivesse a possibilidade de explorar os sentimentos que unem e desunem as pessoas. Sentimentos intimamente ligados à disponibilidade para adoptar conhecimentos e saberes, ou para rejeitar qualquer oportunidade de os considerar.

O exercício mostrou as dificuldades da língua, quando se trata de transmitir ideias de uma cultura linguística para outra, quando se trata de transmitir ideias de uma disciplina para outra, quando se trata de colocar em crise o modo de vida e a identidade social e pessoal dos participantes. Estes podem adoptar estratégias defensivas e de ataque a tudo o que não lhes convenha, por desestabilizar tudo o que possa por em causa o que temos por adquirido e estrutural para nossa orientação e posicionamento social.

Estamos no campo que me divide de Michael. Ele insiste que há que isolar da moral o pensamento, para pensar bem. E o melhor pensamento torna-se transparente na linguagem e também na comunicação. Uma vez encontrado tal pensamento, ele flui sozinho e suportará a transformação social, com o fim das ilusões sobre a protecção do estado.

Pela minha parte, estando de acordo que o relativismo, a ideia de que não há verdade possível, é mentira, sei que a sabedoria é a capacidade de fazer balanços inteligentes entre as emoções e a cognição. O que quer dizer que não há forma de evitar os princípios morais que conduzem a vida de cada um e das sociedades. Tanto na produção de conhecimentos como na sua transmissão, além da língua e do raciocínio bem articulado, a sabedoria depende da disposição das pessoas e dos grupos em acolher ou não os conhecimentos. É nisso que o fascismo torna impraticável a discussão e o anti-fascismo cria as condições para discussões eventualmente subversivas.

O apelo para contribuições para a escola menciona os sentimentos de injustiça. O que mereceu uma chamada de atenção crítica fundamentada por parte de Michael. Explicou que o conhecimento deve ser autónomo à moral e, por isso, é de gosto duvidoso começar-se por um apelo emocional. Estou de acordo com a primeira parte (conhecimento e moral devem ser separados tanto quanto possível, pois o conhecimento deve ser válido independentemente das circunstâncias e da vontade ou desejos das pessoas). Não estou de acordo com a segunda parte. Os frequentadores da escola devem ser seleccionados não entre os que se auto intitulam revolucionários mas entre os que conseguem dar um primeiro passo de distanciamento de si próprios: passo fortemente emocional, como o de um actor ou de um estudante. Há ou não disponibilidade para mudar de vida? Eis a questão. Por mim, devo responder com frontalidade, não prevejo para mim próprio uma mudança de estilo de vida.

Império

Tema que gostaria de um dia poder ser central nas nossas discussões:

Será o capitalismo o único que vive da guerra e da chantagem muito clara contra os excluídos e da ameaça contra os que a ele se subordinam? O império não pode ser igualmente caracterizado da mesma maneira?

Sendo o império muito anterior ao capitalismo, porque razão se descreve o império como uma consequência do capitalismo? Porque não pensar ser o capitalismo uma forma de concretizar o império, entretanto em crise desde a queda do Império Romano?

Se império for um conceito próprio da ciência política, precisaria de um sustento económico que na Antiguidade foi muito diferente do que se passa na modernidade. Mas se império for um conceito antropológico-social, a questão será a de saber se a base material da vida humana é a economia ou é a sociabilidade. Nesse caso, é evidente que a resposta moderna é a economia é prioritária, prévia, infraestrutura, base. Porém, essa resposta que gera ilusões. Em particular a ilusão de a economia ser independente do estado e superior a este.

A base do capitalismo é a natureza humana que evoluiu de certa forma e que pode e será revertida, um dia, de uma forma ou de outra. Não há aqui nenhum determinismo. Há sim uma frase a pensar num tempo tão extenso que geralmente não é considerado: um dia a humanidade será extinta, como acontece com todas as espécies vivas de maior porte. Nessa altura, pelo menos, o capitalismo deixará de funcionar. Também poderá acontecer antes. Mas não há futurologia certa para o curto prazo, evidentemente.

O império será conceptualizável como uma forma de sociabilidade que se produziu a partir da experiência da história da humanidade. Essa sociabilidade pode ser caracterizada como o uso das conotações da linguagem para justificar e legitimar a hierarquização social contra natura. O império produz e mantém elites inexistentes antes do império. A sociabilidade imperial inibe a reacção da natureza humana contra o império, nomeadamente integrando nos objectivos do império a perspectiva de retorno à natureza (liberdade e igualdade, romantismo). Sociabilidade imperial que, forçada pela hierarquização, optará seja por dar prioridade à solidariedade – procura de integração e de redução da amplitude da hierarquia – seja por dar prioridade à vingança – procura de extinção do problema da pobreza liquidando os pobres, criando na prática uma distancia maior entre as pessoas hierarquizadas.

Uma vez produzido o estado de espírito império ele pode ser combatido, usado, multiplicado, denunciado, etc. Até agora, nos últimos milhares de anos, tem sido a referência principal das culturas ocidentais e orientais, entretanto radicais vencedoras na disputa pela cultura dominante mundial, com a ajuda do capitalismo.

(Hierarquização contra natura quer dizer que a guerra e a pobreza são produtos da hierarquização: sem império, a guerra quer dizer outra coisa – embora possa ser verdade que havia mais mortalidade antes das organizações hierárquicas dominarem grandes sociedades. Sem império, a pobreza e a riqueza relativas, o abandono dos vizinhos a condições de vida sub humanas, seriam impossíveis, moralmente intoleráveis. Mesmo em democracia, as decisões de entrar em guerra ou de a conduzir de um modo ou de outro jamais é posta a escrutínio. O mesmo quando há campanhas repressivas. Tudo pode ser justificado com a preservação do império).

Tal como o capitalismo, o império aspira a atingir o zénite através da sociabilidade hierarquizada. O capitalismo é apoiado porque as pessoas acreditam e sabem que a organização leva-nos mais perto do céu, seja ele divino ou hedonista ou os dois juntos. Para o que é preciso construir infernos, sadismos, prisões, bodes expiatórios, incluindo toda a classe de pessoas não-humanas que cumpram os sacrifícios (a começar no trabalho) que os planos para alcançar o zénite através da descida aos infernos exigem.

A apatia é produzida pela dúvida legítima dos que prescindem de alcançar o céu para não terem que impor sacrifícios a ninguém. Mas, ao mesmo tempo, não se sentem capazes de impedir os empreendedores de fazerem o que pretendem. Com que direito o fariam?

Identities

Uma reunião entre pessoas de diferentes nacionalidades a falarem entre si uma língua de outra nação mostra como a nação, a nacionalidade, a cultura, existem e dividem e juntam, de múltiplas formas; umas boas e outras más.

A nacionalidade é, sobretudo, um trabalho de auto-identificação. Um porto seguro para tanta gente que funciona também como um chip que nos fosse metido dentro para nos lavar o cérebro. Não ter a protecção de uma nacionalidade é, para muita gente, um dos principais

problemas da sua vida. Ainda para os que têm nacionalidade essa protecção seja uma chantagem do estado: quem não for patriota não é boa pessoa, quem não trabalhar não merece sobreviver, etc.. A nacionalidade está embutida nas línguas e é transmitida pelas escolas, além do complexo trabalho administrativo para manter a objectividade de tal designação (cartão de identidade, de condução, fiscal, certificado escolar, etc.).